

ANO XXXIV - N.º 1

BOLETIM PECUÁRIO

1966

SUMÁRIO

1— FOMENTO PECUÁRIO

Joaquim da Silva Portugal

2— CARNES PRÉ-EMBALADAS

Raúl Gomes Dias

3— INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO NA FERTILIDADE DE ÉGUAS
EM DIVERSAS SITUAÇÕES REPRODUTIVAS

José Manuel Cannas Simões

Carlos Manuel Barreiros Nunes Duarte

4— SUMÁRIAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CRUZAMENTOS DE 1.ª GERAÇÃO EM
MERINOS, EFECTUADOS NA ÁREA DA I. P. DE ELVAS EM 1962/63

Eduardo Augusto de Sousa Ramos da Costa

FOMENTO PECUÁRIO

Por

JOAQUIM DA SILVA PORTUGAL

Conferência proferida na Estação Agronómica Nacional em 1-IV-966 e integrada no ciclo de conferências «com vista ao III Plano de Fomento».

1) FOMENTO PECUÁRIO E O AMBIENTE CRIADO À SUA VOLTA

Há uns anos a esta parte parece viver-se um clima de certa euforia no que respeita às possibilidades do País em matéria de desenvolvimento pecuário. Quanto a nós este clima resultou mais do reconhecimento da inviabilidade económica de certas culturas tradicionais que, propriamente, da inventariação e contabilização dos meios que podem conduzir à expansão do sector animal.

Assim o Fomento Pecuário surgiu como uma panaceia capaz de solucionar ou, pelo menos, contribuir largamente para libertar a lavoura portuguesa da situação económica difícil que vem atravessando e parece agravar-se, à medida que os anos passam.

A nível de Governo estas ideias não poderiam deixar de ter a melhor das acertações, na medida em que a expansão do sector poderia contribuir para um substancial decréscimo dos encargos a suportar com a importação dos mais variados produtos de origem animal e, além disso, para a melhoria das dietas da população.

No ponto de vista estritamente agrícola e atenta a pobreza da maioria dos nossos solos, pobreza resultante tanto dos seus baixos teores em matéria orgânica, como de estruturas, compreende-se facilmente quanto seria desejável o adensamento e a intensificação da pecuária.

De qualquer forma importa saber como esta poderá enquadrar-se no complexo agrícola, social e económico do País, pois não basta o reconhecimento de uma necessidade para impor a produção que a satisfaça.

2) EFECTIVOS E PRODUÇÕES — POSIÇÃO ACTUAL

2.1 — *Efectivos pecuários*

Todo o planeamento assenta, naturalmente, no conhecimento de existências e exige, por um lado, o recurso a elementos de informação que, dalgum modo, mostrem ou esclareçam como vem evoluindo o fenómeno objecto desse mesmo planeamento, e, por outro, a concretização dos fins a atingir.

Ora o Plano Intercalar de Fomento foi já delineado com base num censo pecuário que datava de 1955 e é com base no mesmo censo que somos forçados a trabalhar para o III Plano de Fomento.

Mas se um documento desta natureza, devidamente actualizado, é fundamental para o efeito, não menos necessários são os registos ou notações estatísticas sectoriais que permitam previsões em tempo útil sobre a evolução de certos fenómenos, em especial, para o caso concreto que nos ocupa, os de carácter reprodutivo.

A título de exemplo cita-se o caso do número de porcas em reprodução. Tratando-se de uma produção que, em regra, tem carácter cíclico, só o conhecimento antecipado do número de fêmeas a destinar à reprodução em determinado período nos poderá permitir prever, a certa distância, as disponibilidades e, conseqüentemente, tomar as necessárias providências com vista à regularização dos mercados.

Assim a revisão da notação estatística no sector pecuário deverá ser objecto de considerações julgadas pertinentes, tendo em vista, essencialmente, a regularidade na realização de censos e a colheita periódica de elementos que ajudem a estabelecer previsões indispensáveis à orientação da produção e à segurança do abastecimento.

Na falta de censos que nos habilitam a julgar da forma como têm evoluído, numericamente, os gados nos últimos anos, teremos de socorrer-nos das suas produções para, daí, concluirmos como aquela evolução se terá processado.

Assim exceptuando os caprinos e equinos em que a redução tem sido substancial nos últimos anos e nos suínos onde, ao sul do Tejo e por razões de ordem sanitária, se assiste ao desaparecimento da tradicional exploração do porco de montanha, nos restantes efectivos, pode dizer-se, que

estes se mantêm com fracas oscilações há largos anos, parecendo demonstrar ter sido encontrado o equilíbrio entre efectivos e possibilidades ambientais do seu sustento e manutenção.

2-2 — *Produção, consumo e comércio externo*

2-2-1 — *Produção e consumo*

De uma maneira geral pode dizer-se que as produções animais são insuficientes, embora em graus variáveis, para satisfazer à procura interna e isto tanto no que se refere a produtos de natureza alimentar, como no daqueles a destinar a transformação industrial.

Assim, apesar das baixíssimas capitações em carne, a insuficiência da nossa produção, em face das exigências do consumo, tem já uma tradição secular, pois remonta aos recuados primórdios da nacionalidade.

É de salientar, no entanto, que essa insuficiência toma aspectos mais graves no sector da carne de bovino, embora acidentalmente se processe também no sector suíno. Já no ovino, espécie que melhor se enquadra no ambiente agrícola de vastas regiões do País, as produções superam, em regra, as necessidades, fazendo antever algumas possibilidades de exportação.

Espectacular tem sido, nos últimos anos, o desenvolvimento operado no parque avícola nacional, onde, tanto em numerário, como em técnica de exploração, se atingiu já um nível de acentuado relevo, o que, certamente, muito terá contribuído para tornar menos sensível a falta de carne das restantes espécies, em particular, da de bovino.

No que se refere a leite e lacticínios a relativa suficiência só tem a justificá-la o baixo nível do consumo destes produtos. O mesmo poderá dizer-se em matéria de ovos.

Pelo que respeita a lãs, peles e coiros a nossa produção está longe de satisfazer, em quantidade e qualidade ou tipos, as necessidades do equipamento fabril de que o País dispõe.

Quanto à evolução da produção poderá dizer-se que esta vem crescendo em ritmo lento para as necessidades, mas aceitável para as condições de meio de que dispomos. Assim e no que toca a produção de carne veri-

fica-se que, tomando por base o primeiro triénio do decénio 1955-1964, o aumento registado no último triénio, é de cerca de 35 % na carne de bovino adulto e de 10 % na de ovinos.

É evidente que estes aumentos, incidindo sobre uma base já de si francamente deficitária, estão longe de compensar os acréscimos das necessidades resultantes do aumento demográfico, da elevação do nível de vida e inerentes modificações dos hábitos alimentares e, mais ainda, da população flutuante que o turismo traz até nós em ritmo progressivamente crescente.

Contudo eles têm para nós um alto significado porquanto não sendo de admitir, em face de alguns índices de referência, que nos encontremos em presença de um correspondente acréscimo de efectivos, estas maiores produções só podem resultar de um acentuado progresso registado quer nas técnicas de exploração, quer na qualidade dos efectivos.

Com efeito, a par da melhoria dos regimes alimentares onde o recurso a concentrados se vem acentuando dia a dia, assiste-se hoje a uma mais intensa renovação de efectivos e, em certas espécies, como a bovina, começa a desenhar-se um crescente interesse pela recria de adolescentes.

Assim, desde sempre, o número destes excedia, por larga margem, o número de bovinos adultos abatidos, facto que, desde logo, demonstra que a falta de carne de vaca em Portugal não é uma consequência da insuficiência numérica de efectivos, mas tão somente duma errada concepção da forma de explorar esta espécie ou, talvez mais acertadamente, de defeitos básicos de estrutura das explorações onde a presença do bovino, por força das circunstâncias, só muito acessoriamente visa a produção de carne.

Ora é agradável registar que a partir de 1961 a relação entre bovinos adultos e adolescentes se vem atenuando atingindo quase a igualdade em 1963, para em 1964 e 1965 tomar uma expressão inversa.

Mais concretamente os números que exprimem esta relação são os seguintes:

1955 — 0,83	1961 — 0,73
1956 — 0,82	1962 — 0,86
1957 — 0,84	1963 — 0,95
1958 — 0,68	1964 — 1,06
1959 — 0,78	1965 — 1,39
1960 — 0,80	

O que aqui nos impressiona não são apenas os números em si, mas também e muito especialmente o carácter de progressividade da sua expressão ao longo deste último quinquénio, o que parece revelar uma tendência e um propósito bastante concreto e preciso.

A este assunto voltaremos mais adiante.

A expansão do porco de carne, mais precoce e ajustado às tendências actuais do consumo e as correcções dos regimes alimentares dos borregos nas primeiras idades, operação estimulada pelas possibilidades de exportação a preços compensadores, são circunstâncias que testemunham a evolução favorável que se vem registando nestes sectores.

No parque avícola, como já foi referido, a evolução foi espectacular nos últimos anos, devendo-se esta à radical modificação da estrutura do sector. Com efeito uma parte apreciável da nossa produção avícola provém hoje de aviários instalados e funcionando de harmonia com um figurino a que poderemos chamar internacional, aproveitando-se desta forma os exaustivos trabalhos que em matéria de selecção, alimentação e manejo têm sido levados a efeito neste campo por países de mais vastos recursos económicos, técnicos e científicos.

2-2-2 — Comércio externo

No decurso de 1955 a 1964 a nossa posição em matéria de comércio externo, no referente aos principais produtos de origem animal, foi a seguinte:

Produtos	Médias anuais			
	t		Contos	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
Carne	7.457	629	104.718	17.524
Leite conservado e lacticínios	362	1.576	8.268	38.787
Ovos	8	12	285	242
Lã	4.875	620	213.012	24.942
Peles e coiros	8.196	867	151.516	38.779
			477.799	120.274

De salientar nesta matéria:

- Que no segundo quinquénio a média anual de importação de carne foi 150 % superior à do primeiro quinquénio, isto é, 4.000 t no primeiro, e 10,800 t no segundo.
- Que, em lacticínios, o movimento de importação e exportação sofre apreciáveis flutuações consoante os produtos, excepto no queijo em que os canais de exportação mostram certa fixidês ou mesmo tendências para expansão.
- Que nas lãs, peles e coiros um certo acréscimo nas importações corresponde, certamente, à expansão dos sectores industriais utilizadores destas matérias-primas.

3) OBJECTIVOS DO PLANO

Em face do panorama descrito onde os *deficits* da produção constituem factor constante, e da forma lenta como, normalmente, se registam os processos de crescimento nas indústrias agrícolas e, em particular, no sector animal, por razões biológicas imutáveis ou factores de difícil domínio, cremos que a programação para o III Plano de Fomento deveria visar, essencialmente, a suficiência em produtos animais de primeira necessidade, como sejam o leite e lacticínios, a carne e os ovos.

Paralelamente seriam contemplados os aspectos da matéria orgânica através de sistemas de exploração que permitissem produzi-la em larga quantidade.

Por sua vez, e por forma indirecta, seria beneficiado o sector das peles e coiros, na medida em que, um mais largo abate, consequência de uma mais intensa renovação de efectivos, poria à disposição da respectiva indústria uma massa acrescida de matérias-primas que hoje se importam.

Pelo que se refere a lãs a melhoria da corpulência dos efectivos, necessária à produção de carne, além de se fazer acompanhar, normalmente, de uma maior produção de lã, poderá, ao mesmo tempo e em certa medida, ser orientada no sentido de dispormos de tipos deste têxtil que mais se ajustem às necessidades da nossa indústria.

4) ACÇÃO DESENVOLVIDA NOS ÚLTIMOS ANOS

Em todos os campos, directa ou indirectamente ligados à produção animal, não há dúvida que se registaram progressos nestes últimos anos.

Com efeito e começando pela produção forrageira, há a registar não só a maior frequência com que nos afolhamentos e rotações surgem estes tipos de culturas, como ainda os assinalados progressos técnicos que se verificam na implantação e forma de exploração dos prados.

A selecção e a certificação de sementes, contribuindo, de modo decisivo, para a maior produtividade da cultura e criando, para as sementes produzidas, possibilidades de exportação a preços remuneradores, constituem também um incentivo à produção de forragens.

Os progressos registados no capítulo da moto-mecanização e a divulgação dos processos de conservação de forragens tem igualmente permitido alguns avanços no sector pecuário.

Pelo que se refere à produção e exploração animal salientaremos:

- A progressiva melhoria genética dos nossos bovinos leiteiros, para tal contribuindo a expansão da inseminação artificial, o funcionamento dos serviços de registo genealógico e de contrastes funcionais, o uso continuado de reprodutores masculinos de qualidade e a importação de alguns núcleos de reprodutores, em especial, do sexo masculino.

Pode afirmar-se que, neste capítulo, o País dispõe de núcleos de assinalado mérito e que o potencial produtivo médio dos seus efectivos se encontra acima das possibilidades médias que o meio ambiente lhes oferece para o poder exhibir.

- A relativa estabilidade das raças bovinas autoctones, as quais constituem um potencial de reserva aguardando um destino que mais depende da orientação que venha a ser dado ao todo agrário que, pròpriamente, do seu valor intrínseco.
- A constituição de alguns núcleos bovinos de raças exóticas especializadas na produção de carne, e destinados à exploração em raça pura e à produção de reprodutores a utilizar em cruzamentos de tipo industrial com as nossas raças autoctones.

Os núcleos das raças bovinas exóticas hoje existentes em Portugal

e, em particular, os da raça charolesa, tanto pelo cuidado havido na selecção dos animais que inicialmente foram importados, como ainda pelo entusiasmo e nível económico dos seus utentes, podem considerar-se de destacado valor zootécnico, embora ponhamos em dúvida, pelas razões que mais adiante serão aduzidas, que a sua contribuição possa ser efectiva na resolução do nosso problema da produção de carne.

Para a raça charolesa funciona já, com a maior eficiência e êxito, o respectivo *Herd-Book* onde se encontram inscritos cerca de 600 animais.

- Em matéria de ovinicultura foi também tentada a melhoria da produção de carne através da importação de alguns núcleos de raças especializadas nesta vocação zootécnica, tendo em vista a realização de ensaios de aclimação e, bem assim, dos efeitos melhoradores do seu cruzamento com as raças autoctones.

A esperança depositada numa possível exportação de animais vivos e de carcaças para mercados onde a carne de ovino oferece cotações bastante vantajosas, constituiu um incentivo ao cruzamento com a finalidade de se obterem animais mais precoces e carcaças de conformação e peso requeridos por esses mercados. Os resultados obtidos nos ensaios levados a efeito permitem dispor-se de elementos que podem útilmente ser utilizados na programação dos trabalhos para o III Plano de Fomento.

Em matéria de melhoramento da produção leiteira ovina foi este tentado através da utilização, por cruzamento, de reprodutores da raça Frísia de Leste.

Os resultados, bastante animadores, são de molde a depositarem-se algumas esperanças no trabalho que, praticamente, se encontra no seu início.

- Em suinicultura pode dizer-se que se vem caminhando no sentido da substituição dos porcos de tipo tardio e gordo, por outros de tipo carne e precoces, sendo mesmo legítimo afirmar-se que esta transformação só não é mais rápida na medida em que são escasas ainda as fontes abastecedoras de reprodutores de qualidade destes últimos tipos.

— Em avicultura foi já referido o suficiente para se concluir da evolução do sector nestes últimos anos.

5) ASPECTOS A CONSIDERAR NO III PLANO DE FOMENTO

Inventariados os meios, analisada a situação, definidos os objectivos e referida a evolução nestes últimos anos, resta-nos, naturalmente, informar quais os pontos que, para o desejado crescimento das produções animais, deverão ser contemplados através de medidas e providências a incluir no III Plano de Fomento.

É evidente que antes de mais importaria saber se a política é de produzir em quaisquer circunstâncias ou se, pelo contrário, as produções terão de ser pautadas por determinados níveis de preços, isto é, comportando-se dentro de uma economia própria, sem recurso a subsídios ou outras formas de protecção.

Na ausência de indicações sobre esta matéria teremos de procurar as soluções que, atingindo os objectivos que se prosseguem, o façam dentro da maior economia.

Considerada a exploração animal no seu conjunto, a nossa atenção terá de incidir sobre os seguintes aspectos fundamentais:

- O meio ambiente, com especial incidência para o factor alimentar (forragens grosseiras e concentrados).
- Tipos animais e formas de exploração.
- Comercialização dos animais e seus produtos.
- Industrialização dos produtos animais.

5-1 — Não vamos aqui referir soluções para o problema da produção forrageira, em especial para o das forragens chamadas grosseiras (verdes, fenos, silagens, raízes, etc.). Este trabalho ficará, e bem, entregue ao representante da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas no sub-grupo de trabalho.

Trata-se de uma matéria da maior importância, não só por dela depender, em grande parte, a quantificação e qualificação dos gados a manter e explorar, como ainda da própria economia dos investimentos pois, como é bem conhecido, a alimentação pesa, nos custos de produção, com valores

que atingem, em regra, entre 60 a 90 %, consoante os sistemas de manejo utilizados.

Contudo não deixarei aqui de referir que, para as condições médias de ambiência geo-climática do nosso País, nos parecem bastante aleatórios certos sistemas de produção forrageira cujas virtualidades vêm sendo bastante apregoadas, e isto, sobretudo, quando se pretenda destinar esta à produção de carne através do adensamento em efectivos de reprodução.

Os prados anuais têm, pois, as suas limitações até pela concorrência que lhe movem outros tipos de culturas mais cómodas e de mais alta produtividade e os prados temporários ou permanentes, sobre os quais a experimentação é ainda bastante escassa, dificilmente poderão dar contribuição substancial à resolução dos problemas de fundo que nos preocupam.

Resta abordar o problema dos alimentos compostos e complementares, para a composição dos quais contribuem em alta percentagem os cereais secundários. Nestas circunstâncias a produção e o abastecimento do mercado em milho e cevada têm de ser encarados com a profundidade necessária, havendo que ter em consideração não apenas os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos. Com efeito as nossas cevadas são, em regra, de baixo valor nutritivo, não correspondendo aos padrões internacionais que definem os seus valores nutritivos e comerciais.

No respeitante a milho, tanto por extensificação, como por intensificação da cultura, o País dispõe à sua frente, segundo cremos, largas possibilidades de aumentar o volume das suas produções. Já o mesmo não sucede, é nossa convicção, no sector da cevada, dadas, além do mais, as tendências para a redução das áreas a destinar à cultura cerealífera. Sendo assim, o desenvolvimento do plano de fomento pecuário imporá, seguramente, larga importação de cereais secundários.

5-2 — *Produção de leite*

A nossa relativa suficiência em leite — as crises de falta são puramente estacionais — e os saldos em alguns tipos de lacticínios têm a justificá-los como foi já referido, a baixíssima capitação que no consumo destes produtos o País regista.

É evidente que as modificações dos hábitos alimentares, impostas e inerentes à elevação dos níveis de vida, irão progressivamente criando novas exigências no que se refere ao consumo do leite e dos produtos lácteos.

Nestes termos e embora se trate de produtos excedentários na economia da maioria dos países de pecuária desenvolvida, o que, por assim dizer, fecha a porta a possíveis hipóteses de exportação, o aumento da produção interna é, seguramente, de considerar, pois maiores disponibilidades fomentarão, sem dúvida, a expansão do consumo, o que se considera de fundamental importância para o equilíbrio das dietas da população.

Importa, no entanto, ter presente que a expansão do bovino leiteiro deverá, preferencialmente, ser levada a efeito em regiões onde, tanto pela estrutura das explorações, como pela natureza dos solos, as produções forrageiras sejam elevadas e as operações culturais facilmente mecanizáveis.

Pelo que se refere a efectivos, o seu melhoramento zootécnico, mais que o aumento do respectivo numerário, deve preocupar e prender a atenção do Estado.

Para esse efeito encontram-se montadas e em funcionamento as peças básicas em que assentam os programas de melhoramento dos animais de vocação leiteira. Queremos referir-nos à inseminação artificial, aos contrastes leiteiros e de descendência e aos livros genealógicos.

Haverá, pois que, dentro dos limites da sua eficiência e reprodutividade, dar-lhes a expansão que as circunstâncias recomendem.

Embora se aceitem como legítimos os desejos e o interesse dos particulares e dos próprios serviços do Estado, em proporcionarem aos sectores que lhes estão affectos o mais intenso e rápido progresso, a verdade é que defeitos básicos de estrutura das explorações, aliás de modificação difícil e sempre morosa, tornam certos trabalhos caros na sua realização e, quantas vezes, inteiramente inefficientes quanto aos seus resultados.

Citem-se, como exemplos, o contraste lacto-manteigueiro em estábulos de efectivos reduzidos (1 a 5 vacas), a inseminação artificial com semen de toiros de alta qualidade em explorações ou regiões de fracos recursos de forragens ou de deficiente maneio, os registos genealógicos onde a exploração não contempla a recria de descendências, etc..

Um aspecto que importa considerar no melhoramento do bovino leiteiro, e isto pelas razões que mais adiante serão aduzidas, é o da sua con-

formação. Com efeito e sem prejuízo da potencialidade leiteira que se pretende seja mantida em nível ajustado às possibilidades e recursos alimentares do meio, deseja-se que a vaca de reforma dê um contributo aceitável ao abastecimento em carne e, mais ainda, que os vitelos sobrantes do preenchimento das necessidades de substituição e, porventura, acréscimo dos efectivos, sejam útilmente aproveitados, com a mesma finalidade, depois de levados à fase de novilho.

Por isso e respeitando casos muito restritos e especiais onde outra política possa estar aconselhada, o melhoramento da vaca leiteira nacional deverá, na sua generalidade, ser feito com base em reprodutores *Holstein* que ofereçam suficientes garantias de serem atingidas aquelas finalidades.

5-3 — *Produção de carne*

Como é sabido todas as espécies pecuárias são produtoras de carne que o homem consome.

No presente momento, porém, apenas nos vão interessar as produções obtidas a partir das espécies bovina, ovina e suína e também dos animais de capoeira (aves).

5-3-1 — *Produção de carne de bovino*

Podemos dizer que a falta de carne de vaca em Portugal é um mal crónico, de há séculos ele se vem registando. De salientar, porém, é que a falta deste alimento essencial se vem generalizando a muitos países até há bem pouco tempo regularmente ou bem abastecidos, impondo até restrições no consumo em países como a Argentina, justamente considerado o Paraíso da bovinicultura de carne.

Pelo que nos toca, não poderá dizer-se que tenha sido por falta de congressos, grupos de trabalhos e artigos nos jornais e revistas, que para o problema ainda se não encontrou solução. Com efeito, têm-se gasto rios de tinta na explicação do fenómeno, na solicitação de providências, na indicação de medidas tidas como solucionadoras e continuamos na mesma, para não dizer pior.

Também e em boa verdade não têm faltado providências, todas elas ditadas pelo melhor desejo de servir uma causa que muito interessa ao

País e constitui permanente preocupação de quem governa, providências que sempre pareceram as melhores em face dos aspectos ou factores que, no momento em que foram tomadas, condicionavam o fenómeno.

E mais uma vez nós, possivelmente com o êxito de quantos nos antecederam, vimos procurar equacionar o problema e tentar encontrar para ele possíveis soluções.

É nossa convicção que o preço constitui factor fundamental para incentivar qualquer tipo de produção. Isto, porém, não poderá levar-nos a concluir que o preço, por si só, seja capaz de realizar o milagre de nos levar à auto-suficiência em carne, a não ser que este fosse levado a níveis que, sensatamente, não poderemos admitir como possíveis.

Há, pois, outras causas que terão de considerar-se responsáveis pelo fenómeno e estas encontram-se, segura e intimamente ligadas aos factores que, desde sempre, têm dominado a exploração bovina no País.

Como é bem sabido a presença do bovino nas nossas explorações agrícolas foi sempre condicionada pela produção de trabalho. A carne provém dos animais de reforma e dos vitelos que, por esgotadas as disponibilidades forrageiras da exploração com o sustento dos animais adultos, são sacrificados nas primeiras idades. A circunstância de, no último decénio, a matança de bovinos ter incluído 38 % de animais adultos e 62 % de vitelos, prova que estamos perante uma política de exploração bovina seguramente errada, para a qual têm contribuído condicionalismos muito particulares e difíceis de corrigir.

Se até há bem pouco tempo não dispunhamos de meios de correcção para os factores que impunham este estado de coisas — o bovino era o motor indispensável à realização dos trabalhos agrícolas — com os progressos da moto-mecanização deixaram de existir, pelo menos com a generalização verificada até aqui, as razões impeditivas de um progresso sério no sector da produção intencional de carne.

Resta, pois, analisar os meios de que deveremos lançar mão para, nas condições economicamente mais favoráveis, atingirmos esta finalidade.

É do domínio comum que a carne é um alimento de elevado custo de produção.

Por isso mesmo e para que as produções se contenham dentro de níveis de preços aceitáveis, as explorações que a este ramo se dediquem terão de partir de duas premissas básicas:

- Baixo preço de custo dos vitelos;
- Alimentos (grosseiros e concentrados) de preço equilibrado com o valor comercial da carne.

A primeira premissa é absolutamente fundamental. Com efeito, sem vitelos baratos jamais poderá produzir-se carne.

Assim e desde já se abrem à nossa frente dois caminhos dos quais haverá que escolher um deles.

- Vamos produzir carne a partir de raças de mono-aptidão ou especializadas nesta vocação zootécnica?
- Vamos fazê-lo a partir de vacas de função mista?

No primeiro caso o único rendimento anual da vaca é o vitelo por esta produzido. Como o seu índice de fertilidade médio não excede 80 %, o custo de cada vitelo produzido poderá assim ser calculado:

Encargos de alimentação:

80 vacas (6 U. F. × 365 d. × 2\$00 × 80)	350 400\$00
20 vacas de reforma (6 U. F. × 200 d. × 2\$00 × 20)	48 000\$00
20 novilhas de 18 a 30 meses	
(5 U. F. × 365 d. × 2\$00 × 20)	73 000\$00
20 novilhas de 6 a 18 meses	
(4 U. F. × 365 d. × 2\$00 × 20)	58 400\$00
2 toiros (7 U. F. × 365 d. × 2\$00 × 2)	10 220\$00
80 vitelas até aos 6 meses a 300\$00	24 000\$00

Encargos gerais:

20 % sobre as despesas anteriores	112 804\$00
	<hr/>
Total de encargos	676 824\$00

Receita:

Venda de 20 animais de reforma	180 000\$00
	<hr/>
Diferença	496 824\$00

Custo por vitelo:

$$\frac{496\ 824\$00}{80} = 6\ 210\$30$$

Como o valor venal do vitelo dos 6 meses é de cerca de 4 000\$00, verifica-se assim um prejuízo da ordem dos 2 200\$00 que não tem qualquer possibilidade de vir a ser compensado na fase subsequente de recria até ao abate na idade de novillo.

De salientar ainda que se não entrou em consideração com o factor mortalidade, nem tão-pouco com a desvalorização das fêmeas adultas e dos toiros, aspectos da maior importância, sobretudo o último, quando se trabalha com animais de raça pura, inscritos em livros genealógicos, por vezes importados.

Neste caso e para fêmeas o encargo da desvalorização corresponde, em regra, de 3 a 5 000\$00 por vitelo produzido.

É evidente que a produção de carne através de animais de mono-aptidão ou especializados nesta vocação zotécnica se verifica ainda em alguns países. No entanto deverá ter-se em atenção que neles, os aspectos da estrutura das suas explorações e as características dos seus climas, permitem fazê-lo por forma a que a condição acima referida é inteiramente verificada, isto é, os vitelos são produzidos a preços que consentem a operação.

De resto repare-se que na quase totalidade dos países da Europa mais de 80 % da carne é produzida à custa de raças de função mista e, na própria França, onde a cozinha tem exigências que a celebrizam e a natureza a fadou com solos e climas proporcionadores de uma agricultura e de uma pecuária muito evoluídas, também estas vêm progressivamente ocupando o lugar de preponderância que as raças especializadas durante muitos anos usufruíram.

Repare-se, ainda, que os poucos núcleos puros de raças especializadas existentes entre nós, e podemos estender estas considerações aos países mediterrâneos ou do Sul, têm a sustentá-los o valor elevado dos reprodutores que vendem ou o substrato económico dos seus detentores, substrato aliás proveniente de outras actividades. A sua economia não está, pois, baseada na produção de carne a partir destes núcleos.

Queremos, assim, concluir que a produção de carne a partir de raças especializadas não se ajusta aos sistemas de exploração possíveis nas nossas condições de meio.

Resta-nos, pois, o recurso às raças de função mista e nestas teremos, dum lado, as populações leiteiras e doutro, as várias raças indígenas de função carne-trabalho.

No que se refere a estas últimas e enquanto persistirem os conditionalismos que impõem a sua existência, continuam a ser úteis na medida em que, sendo as vacas mantidas com outras finalidades que não a da produção de carne, os vitelos constituem um subproduto e, como tal, o seu preço de custo é necessariamente baixo. Acresce ainda a circunstância de que estes vitelos, por criados até às idades de 5 a 7 meses, prestam uma boa contribuição ao abastecimento, tanto no aspecto quantitativo, como no qualitativo.

Em certas regiões, particularmente no Sul, poderão ainda as vacas destas raças, já não destinadas à produção de trabalho, mantidas em condições de exploração bastante económica, ser utilizadas na produção de cruzados a partir dos quais se farão *baby-beefs* de óptima qualidade.

Mas, à semelhança do que vem acontecendo noutros países, a solução de fundo do problema que nos ocupa está, precisamente, na produção de carne a partir dos vitelos das raças leiteiras, para o nosso caso, da raça *Holstein Frízia* ou Turina.

Todos conhecemos o extraordinário surto de desenvolvimento que, nos últimos anos, se tem operado na Itália e, com ele, a enorme elevação das suas captações em carne. Para satisfação das suas necessidades neste alimento de base a Itália tem-se preocupado, não pròpriamente com o adensamento dos seus efectivos de reprodução, mas mais especialmente com os aspectos da intensificação.

Assim, no conhecimento do preço de custo de um vitelo produzido nas condições em que é forçada a fazer as suas explorações, ela tem prefe-

rido adquiri-los onde as circunstâncias o permitem — Holanda, França, América, Dinamarca, etc. — promovendo, seguidamente, a sua recria até à fase de *baby-beef*.

Os alimentos que, em pura perda, teria de despender na sustentação do efectivo reprodutor, utiliza-os ela no directo produtor de carne.

Ora para colmatar os nossos actuais *deficits* em carne nem sequer temos necessidade de adquirir no exterior quaisquer vitelos e se acrescidas exigências vierem a verificar-se, nos Açores poderíamos ter substancial reserva de animais deste tipo.

Porquê o vitelo de tipo leiteiro e em que medida pode este contribuir para a solução do nosso problema?

Considerando a questão no ponto de vista de economia geral da exploração leiteira, em boa verdade o vitelo produzido tem um valor meramente convencional. Com efeito, sendo indispensável ao arranque da produção láctea a verificação do parto e constituindo a gravidez um encargo mínimo em relação ao total da despesa a suportar com a sustentação da vaca leiteira durante o ano, o custo de produção do vitelo à nascença é praticamente nulo.

Contudo e para podermos comparar o interesse económico resultante do aproveitamento destes vitelos para fins de produção de carne, uma vez que a exploração leiteira exige o desmame precoce, torna-se indispensável determinar o seu custo de produção aos 6 meses, idade em que habitualmente são desmamados os produtos das vacas especializadas e, bem assim, os das de função mista carne-trabalho.

Dos ensaios qua vimos realizando sobre a matéria poderemos assim calcular os encargos desta produção:

Até aos 15 dias:

Leite consumido (90 l. a 2\$50) 225\$00

Dos 15 dias aos 2,5 meses:

Leite reconstituído, concentrados, fenos, etc. 800\$00

Dos 2,5 meses aos 6 meses:

Forragens grosseiras, concentrado, etc.	1 060\$00
	<hr/>
	2 085\$00 a)

Aos 6 meses os animais apresentam um peso vivo de 180 kg com um custo de produção efectivo de 2.085\$00.

Se atribuirmos ao vitelo à nascença o valor de 1.000\$00, o que aliás é puramente convencional e vai constituir um lucro adicional da exploração leiteira, encontraremos o preço de custo de cerca de 3.000\$00 aos 6 meses, que é sensivelmente o seu valor comercial naquela idade e 48 % do custo de produção de um vitelo proveniente de uma vaca de vocação especializada.

Assim e resumindo cremos que esta é a única solução dentro dos nossos actuais e, certamente futuros, condicionalismos agrários, para se tentar resolver, com eficiência e economia, o nosso problema da produção de carne.

Satisfeita, assim, a primeira condição que é a da produção de vitelos a preço compatível com a especulação que nos ocupa, ou melhor, a via mais económica de se atingir aquela finalidade, resta-nos saber se dispomos de animais em quantidade suficiente para a realização desta operação na escala julgada necessária e se estes satisfazem aos fins que se perseguem, quer económicos, quer qualitativos.

O actual efectivo leiteiro permite-nos calcular em cerca de 70 000 vitelos por ano as disponibilidades que poderiam ser destinadas à recria para produção de *baby-beef*.

Com 450 a 500 kg dos 16 aos 18 meses, pesos perfeitamente aceitáveis nas idades referidas, permitir-nos-iam estes animais um acréscimo de 15 000 t de carne, quantidade que cobre largamente os actuais *deficits* expressos pelos registos de importação.

Pelo que se refere ao valor produtivo destes animais, expresso quer em velocidade de crescimento e índices de transformação alimentar, quer em qualidade da carcaça, poderemos dizer que, quanto aos primeiros caracteres citados, se colocam entre os de maior interesse para os fins em

a) Estão incluídos os encargos gerais.

vista e, quanto a carcaças, tanto a conformação destas, como a estrutura da respectiva carne, se ajustam perfeitamente aos nossos sistemas de comercialização e gosto do consumidor.

Assim para resolver o crónico problema da falta de carne de bovino em Portugal a solução mais viável, atentas as suas incidências económicas, é a de se promover a intensa recria dos adolescentes que provêm de vacas de vocação mista e, em especial, das exploradas na produção de leite.

Com efeito o problema não reside no custo de produção após o desmame, o qual se comporta, em regra, dentro dos limites correntes da comercialização, mas fundamentalmente, no custo inicial do vitelo.

Nestas circunstâncias impõe-se que sejam considerados os investimentos julgados indispensáveis à montagem de uma estrutura que não só permitia, mas igualmente incentive, as operações inerentes a uma larga e intensa recria de vitelos até à fase de novillo ou *baby-beef*.

A tudo quanto se referiu desejaríamos acrescentar que uma política desta natureza nos parece bem ajustada ao melhor aproveitamento dos perímetros de rega, onde o alto valor da terra, pelos elevados encargos que sobre ela impendem e derivam dos gastos nas obras de engenharia civil e da adaptação ao regadio, dificilmente consente a reserva de largas áreas a destinar a culturas de baixa ou aleatória rendabilidade, como é o caso das forragens e dos efectivos básicos a destinar à reprodução.

Ora a produção de *baby-beef*, efectuada normalmente em regime confinado e com larga participação de concentrados, satisfaria a duas condições que, para o caso, se revestem do maior interesse. Por um lado, exigiria uma produção mínima de forragens grosseiras, o que libertaria a maior parte da área agrícola disponível para culturas de maior rendimento, e, por outro, em face do regime em que a exploração se processa, seria uma fonte abundante de matéria orgânica o que, no fundo, constitui a razão fundamental do seu enquadramento na exploração.

5-3-2 — Produção de carne de ovino

Passando agora ao sector ovino como fonte produtora de carne diremos que, dispondo o País de populações bastante numerosas, a exploração poderá evoluir no sentido da constituição de rebanhos de tipo

comercial onde, pelo recurso a cruzamentos orientados e regimes alimentares correctos, se poderá melhorar o abastecimento interno e conseguir posição de algum relevo nos mercados externos.

Tratando-se de uma espécie onde as fêmeas são, em regra, uníparas, mas onde os casos de partos duplos surgem com bastante frequência, o problema da fertilidade reveste-se do maior interesse e deve ser objecto da maior atenção nos trabalhos selectivos.

Com efeito sendo os borregos uma das principais receitas, é evidente que quanto maior for o número de produtos nascidos e vingados maiores serão os lucros da exploração.

De harmonia com estes conceitos e porque, como foi já referido para os bovinos, é cada vez mais difícil de conceber, economicamente, a ideia de manter uma fêmea durante um ano produzindo apenas uma cria, ensaiam-se hoje novas técnicas de exploração desta espécie, procurando, em regime confinado e de alimentação adequada, obter dois partos por ano e, em média, 3 borregos por ovelha.

Estamos perante uma concepção verdadeiramente revolucionária em face dos conceitos tradicionais acerca desta espécie. Com efeito o animal das pastagens pobres, o aproveitador daquilo que nada vale, das zonas de agricultura extensiva, nómada e transumante, transforma-se, de um momento para outro, em sedentário, das zonas ricas de regadio e consumidor de concentrados.

Além dos aspectos económicos que esta transformação naturalmente envolve, importa estudar aqueles outros que à própria fisiologia do animal dizem respeito.

Não há dúvida que a espécie ovina, mercê da evolução operada nos últimos anos, quer no campo social, quer no da própria agricultura, tenderá a desaparecer se outras soluções, que não as tradicionais, não forem encontradas para a sua exploração. A redução substancial e progressiva dos seus efectivos nos países social e agricolamente mais evoluídos mostra, claramente, que assim parece acontecer.

Nestas circunstâncias deverão ser considerados os necessários investimentos com vista à realização dos estudos e ensaios que visem o esclarecimento dos problemas relacionados com as novas orientações a dar à criação e exploração ovina.

5-3-3 — Produção de carne de suíno

Pelo que se refere à exploração suína começamos por afirmar que esta enferma, no nosso País, de defeitos de estrutura que tornam praticamente impossível e ineficiente qualquer intervenção.

Com efeito, a grande massa dos porcos produzidos no País provêm de explorações de tipo familiar ou doméstico, onde a criação e a ceva se fazem com base nos subprodutos da horta e nos restos da cozinha.

Em exploração de maior volume o recurso a subprodutos industriais de valor muito discutível verifica-se também com certa frequência. No Sul do País a existência de espécies florestais produtoras de lande e de bolota condicionam a existência de um tipo de porco, já desfasado para a época em que vivemos, mas que, em boa verdade, é o único que, economicamente, poderá valorizar aqueles frutos.

No estado actual das coisas não importa grandemente melhorar geneticamente os tipos animais de que dispomos, até porque os animais melhorados não aproveitariam melhor, e talvez aproveitassem pior, os recursos alimentares que hoje estão a ser utilizados.

Esta situação carece, no entanto, de ser revista porquanto o porco, pela sua extraordinária prolificidade e curto ciclo biológico, encontra-se em posição de dar ao abastecimento do País uma larga contribuição.

Por isso torna-se indispensável colocá-lo no seu verdadeiro lugar, criando para o efeito a estrutura em que a sua exploração deverá desenvolver-se. De resto, a evolução que se vem verificando e respeitante ao progressivo recurso a alimentos compostos completos para alimentação dos animais de todas as espécies, incluindo o porco, faz-nos crer que um rápido êxito pode ser obtido.

Com esta finalidade três espécies de intervenções seriam necessárias:

- Criar a estrutura básica em que a exploração deverá assentar;
- Dotar o País de porcos de qualidade;
- Pagar as carcaças pela qualidade.

Os porcos de que o País dispõe actualmente, tanto pela precocidade e índices de conversão alimentar, como pela qualidade das carcaças que produzem, não satisfazem, em geral, nem às exigências de uma exploração

intensiva, nem tão-pouco às necessidades do abastecimento, quer para consumo em fresco, quer para industrializar.

Nestas circunstâncias haverá que promover o povoamento com animais que reúnem aqueles requisitos, os quais correspondem ao tipo de porco precoce para carne. A circunstância do País possuir já hoje alguns núcleos de porcos da raça *Large White*, de qualidade bastante aceitável e cuja adaptação às nossas condições ambientais se tem feito da melhor forma, leva-nos a recomendar a sua difusão como raça de base a multiplicar.

Como garantia do povoamento a fazer com animais de qualidade haveria que estruturar a produção em 3 escalões:

- Núcleos de selecção;
- Núcleos de multiplicação;
- Explorações industriais de recria e ceva.

Os núcleos de selecção e de multiplicação, sujeitos a controlo oficial, seriam dispersos pelo País de harmonia com as necessidades do povoamento e teriam o apoio do Estado, consubstanciado em crédito e subsídios a destinar à instalação e aquisição dos núcleos-base de reprodução.

Considerando que o efectivo suíno poderia atingir 2 000 000 de cabeças e que toda a produção seria feita a partir de bácoros saídos dos núcleos de selecção e de multiplicação, haveria que dispor:

- De 400 núcleos de selecção com 10 000 reprodutores;
- De 6 000 núcelos de multiplicação com 200 000 reprodutores.

Os investimentos necessários para a montagem desta estrutura computam-se em cerca de 1 milhão de contos e o aumento de produtividade, resultante da melhoria da qualidade da carne e dos índices de conversão alimentar, poderá estimar-se em cerca de 450 000 contos anuais.

5-3-4 — Produção avícola

Em matéria de produção avícola, de que nos interessa, mais particularmente, o género *Galus*, importa defender, antes de mais, o nível de produtividade, tanto no que respeita a *broilers*, como no que se refere a poedeiras.

Na impossibilidade de se proceder, no País, aos trabalhos exaustivos a que a selecção avícola obriga, haverá que ter-se o maior cuidado na escolha das estirpes a importar para utilizar nos trabalhos de multiplicação. Para isso pensa-se dar início, em breve, aos trabalhos de testagem com vista a poderem ser eleitas aquelas estirpes que mais particularmente se revelem de interesse para o País.

Embora a importação de pintos do dia com destino a simples produção de *broilers* ou de ovos, se tenha reduzido substancialmente nos últimos anos, a verdade é que um esforço maior terá de ser feito no sentido de a sustar inteiramente, o que é possível, fácil e indispensável. Destinando-se estes a aviários onde a concentração de aves é, em regra, muito elevada, a importação e disseminação dos processos infecto-contagiosos é sempre um risco que acompanha a entrada de animais e que, sempre que possível, convém evitar.

Assim na matéria que ora nos ocupa pensa-se que deverá ser considerado o alargamento dos serviços de testagem, dando-lhes a dimensão que as circunstâncias recomendem e imponham.

6) *COMERCIALIZAÇÃO DOS ANIMAIS E SEUS PRODUTOS*

Os processos de comercialização dos animais a destinar ao abate deveriam ser estudados e melhorados por forma a evitar o recurso a feiras e mercados. Este sistema fez já a sua época, deu os seus frutos, mas encontra-se inteiramente ultrapassado, além de constituir a maior fonte de disseminação de doenças infecto-contagiosas.

Para os produtos alimentares (carnes, leite e ovos) a fixação de preços de garantia permanentemente actualizados e o pagamento pela qualidade, constituem factores que muito podem contribuir para o aumento e para a valorização qualitativa dos produtos animais.

O sistema de leilões ultimamente utilizado para a venda das lãs tem sido objecto de críticas por parte da lavoura. Cremos, contudo, que os comerciantes não serão os exclusivos responsáveis pelo seu relativo insucesso.

A cooperação entre os produtores por forma a apresentar lotes volumosos e bastante homogêneos nas suas características essenciais, faria aumentar o interesse dos compradores na medida em que aumentava também o valor da mercadoria a transaccionar.

7) INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ANIMAIS

A facilidade e rapidez dos transportes faz com que, no referente a produtos animais, o fomento pecuário de determinada região não esteja na imediata dependência de uma infra-estrutura industrial nela situada.

Esta circunstância não impede, porém, que se não deva estar atento às necessidades nesta matéria, promovendo a instalação das unidades industriais que venham a ser julgadas necessárias em face do desenvolvimento pecuário e das disponibilidades de produtos que venham a verificar-se e cuja industrialização, *in loco*, ofereça vantagens em relação à sua colocação noutros centros.

8) CONCLUINDO DIREMOS:

- a) Que, em face da situação presente em matéria de abastecimento em produtos alimentares de origem animal, situação que tende a agravar-se por força do aumento demográfico e da elevação dos níveis de consumo, a política pecuária deverá ser orientada, no sentido de preencher as necessidades do consumo interno, embora sem prejuízo da criação ou manutenção de canais de exportação em produtos para os quais disponhamos de vocação ambiental favorável e, portanto, se mostrem de relevante interesse económico.
- b) Que, visando estes objectivos, deverá procurar-se que as explorações pecuárias tenham estruturas adequadas, através das quais lhes seja permitido realizar as missões que delas se esperam e dentro da maior produtividade.
- c) Que o problema forrageiro, no que se refere a forragens grosseiras (verdes, fenos, silagens, raízes, etc.), carece ser estudado através de larga amostragem em todo o País, por forma a ter-se plena consciência da contribuição que efectivamente estas podem dar ao desenvolvimento pecuário, em termos de quantidade e rendabilidade. Queremos referir-nos, especialmente, a produções e custos unitários.
- d) Que, pelo que se refere a alimentos compostos, haverá que abastecer o País com os produtos essenciais à sua confecção e por

forma a serem respeitados os níveis de qualidade e de constância exigidos por uma pecuária evoluída.

- e) Que, no referente a produção de leite, dispõe o País de base pecuária que, em quantidade e qualidade, lhe permite encarar, sem dificuldades, os acréscimos da procura que venham a registar-se.
- f) Que, à semelhança do que vem acontecendo noutros países, a solução do nosso problema de abastecimento em carne de vaca poderá fácil e rapidamente encontrar-se na intensa recria dos adolescentes de que dispomos em abundância para as nossas necessidades e que hoje são sacrificados inglòriamente e com elevados prejuízos para o País e para os criadores, nas primeiras idades. O adensamento pecuário em efectivos de reprodução, defendido por alguns, só poderá contribuir para o agravamento do problema, na medida em que as forragens que poderiam ser investidas directamente na produção de carne serão consumidas pelas fêmeas que, no fundo, continuarão a produzir vitelos para enviar, nesta fase, ao Matadouro.
- g) Que, nos ovinos, o recurso à constituição de rebanhos comerciais directamente orientados no sentido da produção de carne é prática aconselhável na medida em que, melhor contribuindo para o abastecimento interno, se encontram ao mesmo tempo, em situação de poderem concorrer com os seus produtos nos mercados externos.
- h) Que o porco pode e deve contribuir largamente para o abastecimento, mas, para o efeito, haverá que modificar profunda e radicalmente as estruturas em que a sua exploração se vem processando.
- i) Que, em matéria de produção avícola, em face do nível atingido pelo sector e da estrutura de que já hoje dispõe, apenas interessa manter e melhorar a sua produtividade através da garantia da qualidade das estirpes com que vem trabalhando.
- j) Que, em matéria de comercialização, o estabelecimento de preços-base de garantia em níveis adequados e o pagamento dos produtos pela sua qualidade criam, naturalmente, um clima de segurança que é indispensável ao fomento e melhoramento das produções animais.